

## PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 175/XI

### RECOMENDA AO GOVERNO A SUSPENSÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S. A. PREVISTA NO PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO (2010-2013)

A REN - Redes Energéticas Nacionais, é um das empresas que o Estado prevê privatizar no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento (2010-2013). A REN é a actual concessionária da exploração da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT) e da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN). O Estado detém 51,1% do capital social da empresa, pelo que a alienação de parte dessa participação resultará sempre na perda da maioria do capital.

A REN é responsável, também, pela gestão técnica global do Sistema Eléctrico Nacional (SEN) e do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN). A REN é uma empresa estratégica para o país. Este reconhecimento foi feito pelo próprio Primeiro-Ministro, em 2007, onde prometeu que “o Estado terá sempre uma maioria do capital”.

A 30 de Março, o Ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão, refere em entrevista à Antena 1 que o Governo privatiza a REN, mas mantém a posição dominante do Estado. “Vamos ter cuidado” em áreas com características de monopólio natural, dizia o Ministro. Ora, se o estado detém 51% da empresa, não se percebe qual o sentido das palavras do Ministro dos Assuntos Parlamentares. A conclusão que poderemos tirar

destas afirmações é a falta de sentido da privatização da REN e a falta de preparação do Governo sobre o assunto.

O papel de gestão das redes de energia nacionais (electricidade e gás) coloca a REN num ponto fundamental da coesão territorial do país e na manutenção da própria soberania nacional. A REN representa um monopólio público estratégico e, por isso, não deverá sair da esfera pública. A manutenção da maioria pública do capital da REN é fundamental para salvaguarda dos interesses dos portugueses.

A REN tem aliado ao planeamento, construção, operação e manutenção das redes de gás e electricidade, um desempenho económico positivo que permitiu ao Estado um encaixe financeiro de 134 milhões de euros relativo ao ano de 2009. Contudo, como seria de esperar, o grande enfoque da gestão da REN deverá ser dado ao investimento na construção e manutenção das infraestruturas. Esta será uma das primeiras funções a ser negativamente atingida pela privatização da REN. Uma empresa privada terá sempre como prioridade a distribuição de dividendos pelos accionistas, resultando numa diminuição do investimento em infra-estruturas e conseqüente diminuição da qualidade do serviço prestado. Esta realidade será particularmente visível nas zonas menos populosas, agudizando as componentes de interioridade e colocando em causa a coesão territorial. Por outro lado, esta procura pelo lucro resultará num aumento dos preços que os portugueses terão de pagar, agudizando a enorme pressão financeira que os portugueses enfrentam.

A análise mais aprofundada do resultado das privatizações anteriores, permite ainda identificarmos que esse processo resultou numa clara fuga de capitais para o estrangeiro por via da distribuição de dividendos. Assim, para além da perda de receita por parte do Estado com a privatização da ANA, o resultado será também um agudizar da situação financeira do país.

A privatização da REN colocará o Estado e o país dependentes de interesses accionistas que colocarão o lucro como objectivo máximo. Ao deterem na sua posse estes monopólios naturais, os privados poderão realizar a gestão em função das suas necessidades financeiras, ficando o Estado refém desta política.

A situação social do país é também um entrave à privatização da REN, dado que, olhando para outros processos de privatização no passado, a consequência foi a realização de inúmeros despedimentos. Essa seria uma política irresponsável, numa altura em que Portugal apresenta uma taxa de desemprego absolutamente assustadora, com mais de 700 000 homens e mulheres desempregados.

Por último, a crise económica que o país atravessa e o período de especulação financeira desvalorizaram as empresas portuguesas. As empresas públicas não foram exceção. Este é, por isso, um período ainda mais negativo para quaisquer privatizações. O alcance do encaixe financeiro a realizar pelo Estado com as privatizações ficará sempre aquém do real valor destas empresas.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe a seguinte Resolução:

Que o Governo suspenda a privatização da REN - Redes Energéticas Nacionais SGPS, S. A. prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento (2010-2013).

Palácio de São Bento, 29 de abril de 2024.

Os Deputados e as Deputadas do Bloco de Esquerda,